

Corrigir a hierarquia

Existe no Brasil oficial uma espécie de crença ou mania, estranha, mas arraigada: é a idéia de que dívidas não são feitas para serem pagas, e sim para serem roladas indefinidamente.

Alguns administradores públicos chegam a se preocupar com o custo da dívida. Isso só acontece quando são obrigados a arcar com o serviço — e a não ser que exista um folgado prazo de carência antes que se inicie o pagamento dos juros. A maioria prefere jogar o problema para a frente, na certeza de que o Tesouro ou o Banco Central virá em socorro na hora do aperto.

Essa visão deformada produz uma inversão na ordem das responsabilidades. No caso dos títulos mobiliários estaduais e municipais, por exemplo, a maior responsabilidade pela emissão deveria ser mesmo dos governadores e dos prefeitos. Se o mercado tivesse certeza de que o Tesouro não socorreria estados e municípios financeiramente mal administrados, dificilmente seria leviano na avaliação dos lançamentos de papéis da dívida mobiliária. Ou seja, para emitir títulos com taxas de rendimentos dentro das médias de mercado, o estado ou município teria de comprovar efetiva capacidade de pagamento. O próprio mercado regularia o processo.

Na hierarquia invertida, o governador e o pre-

feito são os menos responsáveis pelos títulos. A autorização é atribuída por lei ao Senado, que ouve o Banco Central sobre cada emissão. Com isso, a dívida mobiliária estadual e municipal acaba tendo chancela da União.

Assim, estabelece-se uma negociação política entre governadores, prefeitos e senadores para aprovação semestral da rolagem da dívida mobiliária. As autorizações para emissão são dadas

sem preocupação de coerência com a política monetária ou com as metas de redução do déficit global do setor público. O Governo federal faz vista grossa porque também não é rigoroso com o trato de suas próprias finanças. Como a União pode emitir papéis para cobrir déficits orçamentários, estados e municípios se sentem à vontade para seguir igual caminho.

Uma solução que realmente evite escândalos como o dos precatórios não está em aumentar os poderes do Banco Central ou baixar

novas leis sobre fiscalização: o que se impõe é fixar responsabilidades e dar consequência legal a isso. Enquanto estados e municípios não forem os responsáveis pelos seus atos em termos de finanças públicas, e o Governo federal não der exemplo de disciplina orçamentária, o país continuará vulnerável às investidas de quadrilhas de espertalhões como esses que têm desfilado diariamente perante a CPI do Senado.

A dívida
mobiliária...
acaba tendo
chancela da
União
